Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP
Journal of Economics, Business and Entrepreneurship in the CPLP
ISSN 2183-7201 | V12 | Special Issue, Part. 3 | 2026

Governança Institucional e Turismo de Negócios: Uma Abordagem Exploratória com Modelação de Equações Estruturais

Institutional Governance and Business Tourism: An Exploratory Approach Using Structural Equation Modeling

Pedro Carvalho [1], **Nino Fonseca** [1]

[1] School of Technology and Management, Polytechnic University of Viana do Castelo, Portugal

Corresponding author: Pedro Carvalho | pc@estg.ipvc.pt
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6349-3904
DOI: https://doi.org/10.29073/e3.v12i5.1299

Received: 08/09/2026 | **Accepted**: 01/11/2026 | **Published**: 10/11/2026

Resumo

Este estudo analisa os efeitos da qualidade institucional no Turismo de Negócios (BT) e os seus impactos indiretos no Turismo de Lazer (LT), recorrendo a um modelo de equações estruturais (SEM). Com dados de 2019 para 128 países, foram consideradas seis dimensões da governança: Estabilidade Política, Qualidade Regulatória, Eficácia Governativa, Controlo da Corrupção, Estado de Direito e Voz e Responsabilização. A Qualidade Regulatória revelou o impacto positivo mais significativo no BT, enquanto a Eficácia Governativa influencia diretamente o LT. O BT surge ainda como variável mediadora entre a qualidade institucional e o turismo de lazer. Identificaram-se efeitos inesperados, como os impactos negativos da Estabilidade Política e da Voz e Responsabilização no segmento de negócios, sugerindo dinâmicas institucionais complexas e contextuais. O modelo explica 53,4% da variância no turismo de negócios e 74,2% no turismo de lazer, apresentando bons índices de ajustamento. O artigo discute implicações teóricas e práticas, e propõe orientações metodológicas para investigações futuras.

Palavras-chave: Governança institucional, Turismo de negócios, Turismo de lazer

Abstract

This study explores the effects of institutional quality on Business Tourism (BT) and its indirect influence on Leisure Tourism (LT), using an exploratory Structural Equation Modelling (SEM) approach. Drawing on 2019 data from 128 countries, six governance dimensions were analysed: Political Stability, Regulatory Quality, Government Effectiveness, Control of Corruption, Rule of Law, and Voice and Accountability. Regulatory Quality emerged as the most significant positive driver of BT, while Government Effectiveness directly influenced LT. BT also mediates the relationship between institutional quality and LT. Some unexpected findings include the negative effects of Political Stability and Voice and Accountability on BT, suggesting complex institutional dynamics that are context-dependent. The model accounts for 53.4% of the variance in BT and 74.2% in LT, with strong model fit indicators. The article concludes with theoretical and practical implications and offers methodological guidance for further research on institutional factors and tourism competitiveness.

Keywords: Institutional governance, Business tourism, Leisure tourism

1. Introdução

O turismo de negócios é um pilar da economia global devido ao seu elevado valor acrescentado, menor sazonalidade e impactos positivos no investimento, inovação e cadeias de valor locais (Dwyer et al., 2009; Carvalho, Márquez, & Díaz-Méndez, 2018). Em 2024, prevê-se que os gastos globais neste segmento atinjam 1,48 biliões de dólares, superando os níveis pré-pandemia e representando cerca de 1,33% do PIB mundial (GBTA, 2023; WTTC, 2024).

A qualidade institucional desempenha um papel crucial no turismo de negócios, um setor que exige previsibilidade, segurança jurídica e eficiência regulatória (Crouch & Ritchie, 1998; Hall, 2011). Fatores como estabilidade normativa, eficácia administrativa, confiança contratual (Singh, 2023; Xu et al., 2023) e eficiência dos serviços públicos são determinantes (DiPietro et al., 2008). A qualidade institucional, manifestada pela estabilidade política, eficácia governativa, solidez regulatória e integridade jurídica (Kaufmann et al., 2010; Hall, 2011), influencia decisivamente a atratividade turística, beneficiando ambos os segmentos, embora seja particularmente valorizada no turismo de negócios.

Apesar da crescente utilização dos indicadores World Governance Indicators (WGI) do Banco Mundial em estudos (Kim et al., 2018; Khan, Ahmad & Haleem, 2021; Raza, Ahmed & Irfan, 2024), a literatura ainda apresenta lacunas. A maioria dos estudos adota abordagens agregadas, sem distinguir os impactos por segmento turístico (Haryanto et al., 2024; Ormond & Mainil, 2015), e são ainda limitadas as análises que integram simultaneamente efeitos diretos, indiretos e mediadores. Perante este cenário, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os efeitos diretos da governança institucional sobre o turismo de negócios (BT) e os seus efeitos indiretos sobre o turismo de lazer (LT), considerando o BT como variável mediadora. Para tal, será aplicado um modelo de equações estruturais (path analysis), utilizando dados de 128 países referentes a 2019. Serão consideradas seis variáveis de governança institucional (World Governance Indicators). Os dados de BT e LT serão obtidos da Organização Mundial do Turismo (OMT).

Neste contexto, a questão de investigação consiste em compreender em que medida as dimensões da governança institucional se associam ao turismo de negócios e ao turismo de lazer, e qual é o papel do turismo de negócios como mediador dessas relações. Para responder a esta questão, o estudo tem três objetivos específicos: analisar a relação entre as dimensões da governança institucional e o turismo de negócios; examinar a relação entre o turismo de negócios e o turismo de lazer; e avaliar os efeitos indiretos da governança institucional sobre o turismo de lazer através do turismo de negócios.

O artigo organiza-se da seguinte forma: apresenta-se, após esta introdução, a revisão de literatura e a metodologia adotada; seguem-se os resultados e uma secção de discussão das hipóteses; por fim, são traçadas conclusões e recomendações para futuras investigações.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A competitividade dos destinos de turismo de negócios, especialmente no segmento MICE (Meetings, Incentives, Conferences and Exhibitions), é significativamente influenciada pela qualidade da governança. A estabilidade política, definida como a ausência de instabilidade, violência e alterações abruptas nas políticas públicas (Kaufmann, Kraay & Mastruzzi, 2010), emerge como um fator central. Esta estabilidade cria um ambiente previsível e seguro, fundamental para o planeamento empresarial e para a organização de eventos internacionais (Kulendran & Witt, 2003). Viajantes e organizadores valorizam a segurança como critério essencial (Cró & Martins, 2018), sendo que políticas públicas eficazes, como o combate ao crime urbano, reforçam a atratividade dos destinos (Marchesani & Masciarelli, 2025). A estabilidade política também molda a imagem e o posicionamento internacional do destino, comunicando fiabilidade e segurança (Hankinson, 2005), aspetos decisivos no marketing territorial (Crouch & Ritchie, 1998). A infraestrutura adequada, frequentemente promovida por governos estáveis, aumenta a capacidade de atração de reuniões e eventos de escala global (Carvalho, Díaz-Méndez & Márquez, 2019). Assim, propõe-se a hipótese (H1): destinos com maior estabilidade política atraem um volume superior de turismo de negócios.

A eficácia governativa, por sua vez, traduz-se na qualidade dos serviços públicos, da administração e da formulação e implementação de políticas eficazes (Kaufmann, Kraay & Mastruzzi, 2010). Governos com desempenho elevado neste domínio proporcionam uma base sólida para o desenvolvimento do turismo de negócios, assegurando infraestruturas modernas, segurança e regulamentações apropriadas (Chen, 2006). O planeamento estratégico e a capacidade de resposta institucional são elementos diferenciadores na escolha de destinos (Crouch & Ritchie, 1998), reforçados pela disponibilização de incentivos e apoios financeiros. A eficácia da governança também se manifesta na promoção da abertura comercial e na inclusão dos stakeholders locais nos processos de decisão, o que contribui para a sustentabilidade e a competitividade do setor (Mastrandrea, Gil & De Simon, 2023). Políticas públicas que fomentam a qualificação profissional, a expansão de ligações aéreas e a modernização de equipamentos são amplamente valorizadas (Park et al., 2014). Neste contexto, formula-se a hipótese (H2): destinos com níveis mais elevados de eficácia governativa atraem um volume superior de turismo de negócios.

A corrupção representa um entrave relevante ao desenvolvimento do turismo de negócios. Este segmento requer um ambiente institucional marcado pela transparência, previsibilidade e reputação positiva. Elevados níveis de corrupção podem desincentivar o turismo corporativo, conduzindo a uma maior preferência por destinos externos (Gholipour & Foroughi, 2020). Além disso, escândalos associados ao setor público afetam negativamente a imagem internacional dos países (Marques, Alves & Wada, 2019). Ainda que megaeventos possam gerar ganhos reputacionais temporários (Domareski-Ruiz et al., 2020), o impacto negativo da corrupção prevalece. Países com políticas rigorosas de controlo da corrupção, como o Ruanda, são reconhecidos como ambientes atrativos para eventos internacionais (Kalulu et al., 2022). A corrupção pública desincentiva investimentos e dificulta o desenvolvimento de negócios em zonas estratégicas, como fronteiras (Tichaawa, 2021). A perceção pública da corrupção compromete o apoio social a eventos, enquanto a transparência fortalece a aceitação e a confiança (Santos et al., 2019). Sistemas judiciais eficazes no combate à corrupção contribuem para criar um ambiente institucional favorável ao setor (Singh, 2023). Com base nesses argumentos, formula-se a hipótese (H3): destinos com níveis mais elevados de controlo da corrupção atraem um volume superior de turismo de negócios.

A qualidade regulatória, entendida como a capacidade dos governos em conceber e aplicar políticas eficazes, exerce um papel determinante na dinâmica do turismo de negócios (Kaufmann, Kraay & Mastruzzi, 2010). Apoios financeiros consistentes, processos administrativos simplificados e regulamentações favoráveis ao empreendedorismo tornam os destinos mais atrativos (Crouch & Ritchie, 1998; Gani & Clemes, 2020). A previsibilidade e a estabilidade regulatória são fundamentais para a reputação internacional dos destinos (Hankinson, 2005), sendo que obstáculos burocráticos representam um fator de repulsa para o turismo corporativo. Exemplos como o Dubai, com zonas económicas especiais e um sistema jurídico confiável, ilustram o impacto positivo da regulação clara e eficiente na captação de eventos de grande escala (Pryde, 2017). A literatura reforça que a competitividade de destinos MICE depende de uma governança regulatória transparente, coerente e promotora da atividade económica (Suwannasat et al., 2022; Jungyoung et al., 2017). Assim, propõe-se a hipótese (H4): destinos com níveis mais elevados de qualidade regulatória atraem um volume superior de turismo de negócios.

O estado de direito, que abrange o respeito pelas normas, a aplicação de contratos e a proteção dos direitos de propriedade (Kaufmann, Kraay & Mastruzzi, 2010), constitui um alicerce para o turismo de negócios. A instabilidade legal, a insegurança jurídica e a violência

impactam negativamente a decisão dos organizadores e participantes (Khan, Ahmad & Haleem, 2021). Estudos demonstram que criminalidade, terrorismo e risco de raptos reduzem significativamente a atratividade dos destinos (Bradley, Hall & Harrison, 2002; Abadie & Gardeazabal, 2003). A proteção efetiva dos direitos de propriedade, associada a sistemas judiciais previsíveis e eficientes, é condição sine qua non para a confiança dos investidores e das empresas participantes (Williamson, 2000). A reputação institucional e a previsibilidade jurídica são elementos centrais para a escolha de locais de eventos sustentando a hipótese (H5): destinos com níveis mais elevados de estado de direito atraem um volume superior de turismo de negócios.

A dimensão Voz e Responsabilização, que inclui liberdades civis, participação cidadã, liberdade de expressão e de imprensa (Handoyo, 2023), também influencia o turismo de negócios. A adesão da Lituânia à União Europeia e ao Espaço Schengen, por exemplo, reforçou a atratividade do país para eventos empresariais (Damulien, 2021). A literatura mostra que maiores níveis de liberdade política e associativa estão correlacionados com um ambiente institucional mais transparente e confiável, valorizado por viajantes de negócios (Bentum-Ennin, 2014). Regimes autoritários, pelo contrário, podem inibir a circulação de visitantes e gerar receios quanto à previsibilidade da governação (Alemán & Woods, 2014). A participação ativa dos cidadãos na governação local tem reflexo direto na adequação e planeamento das infraestruturas de suporte ao turismo MICE (Muresan, 2020), contribuindo para um ecossistema mais funcional. Esses fatores fundamentam a hipótese (H6): destinos com níveis mais elevados de Voz e Responsabilização atraem um volume superior de turismo de negócios.

O turismo de negócios e o turismo de lazer apresentam características distintas, mas podem complementar-se. Min, Roh e Bak (2015) reconhecem essa distinção ao analisarem o contributo do turismo de lazer para o crescimento económico, controlando estatisticamente os efeitos do turismo de negócios. A imagem de marca do destino constitui um elemento transversal que influencia ambos os segmentos (Hankinson, 2005). A partilha de infraestruturas, como centros de convenções e serviços de transporte, contribui para a resiliência económica local (Makoni & Rogerson, 2023). Os estudos indicam correlações positivas entre o desenvolvimento dos dois tipos de turismo, sendo os destinos com forte presença no segmento MICE igualmente atrativos para o lazer (e.g., Kulendran & Witt, 2003). O fenómeno dos viajantes que combinam negócios e lazer ("bleisure") assume uma relevância crescente, com impacto direto na duração das estadias e no consumo turístico (Davidson & Cope, 2003; Kerr, Cliff & Dolnicar, 2012). Estratégias de comunicação que destaquem os atrativos culturais e de lazer junto dos viajantes corporativos aumentam o valor económico das visitas (Pinho & Marques, 2021; Ladkin, 2006; Tretyakevich & Maggi, 2012). Embora o turismo de negócios se caracterize por estadias mais curtas e maiores gastos médios (Moll-de-Alba et al., 2016), o seu efeito catalisador sobre o lazer é evidente, reforçando a identidade territorial e incentivando o investimento em infraestruturas. Com base nestas observações, apresenta-se a hipótese (H7): destinos com maior intensidade de turismo de negócios apresentam níveis superiores de turismo de lazer.

3. METODOLOGIA

A amostra do estudo é composta por 128 países com dados completos sobre governança institucional e fluxos turísticos internacionais referentes a 2019, uma referência anterior às restrições de mobilidade provocadas pela pandemia de COVID-19. A escolha de 2019 como ano de referência justifica-se por um conjunto de razões económicas, institucionais e metodológicas. Com efeito, este ano corresponde a um período de relativa estabilidade

internacional, após a consolidação dos ajustamentos decorrentes da crise financeira de 2008–2009, constituindo, simultaneamente, o último ano anterior às perturbações provocadas pela pandemia de COVID-19. Acresce que 2019 registou máximos históricos na atividade turística internacional, num contexto de ampla difusão das tecnologias digitais, mas ainda marcado pela importância das deslocações presenciais no turismo de negócios. Finalmente, a disponibilidade de informação estatística para um número alargado de países favorece a comparabilidade internacional, tornando este ano particularmente adequado para a análise das relações entre governança institucional e turismo de negócios. Não é possível, contudo, assegurar a representatividade dos resultados para o período pós-pandemia.

Os dados foram recolhidos junto da Organização Mundial do Turismo (OMT), do Banco Mundial (Worldwide Governance Indicators – WGI) e de outras fontes oficiais. Foram excluídos países com dados em falta em variáveis-chave, garantindo a consistência analítica. A amostra assegura diversidade institucional, económica e geográfica, incluindo países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento. O estudo adota uma abordagem quantitativa, combinando dados quantitativos (volumes de turistas de negócios e de lazer, em milhares) e indicadores numéricos (seis dimensões da governança: Voz e Responsabilização, Estabilidade Política, Eficácia Governativa, Qualidade Regulatória, Estado de Direito e Controlo da Corrupção), estes últimos provenientes do WGI, com escalas padronizadas entre -2,5 e +2,5.

A análise iniciou-se com estatísticas descritivas. O BT e LT foram transformadas por logaritmo natural para atender aos pressupostos da normalidade univariada (Kline, 2016). A deteção de outliers foi feita com o critério de Mahalanobis D^2, não se tendo identificado observações aberrantes. A colinearidade foi avaliada através dos valores de VIF, recomendando prudência na interpretação conjunta dos indicadores. A modelação de equações estruturais, com natureza exploratória, foi conduzida no software IBM SPSS AMOS (versão 29), utilizando o método da máxima verosimilhança e técnica de bootstrapping com 2.000 reamostragens e intervalos de confiança de 90% corrigidos de viés BC. Esta abordagem, recomendada por Schumacker & Lomax (2016), permite investigar relações complexas em domínios ainda pouco consolidados, como a interação entre qualidade institucional e desempenho turístico. Além disso, o modelo incorporou covariâncias livres entre as variáveis exógenas, seguindo a abordagem sistémica de Kaufmann et al. (2010), permitindo captar interdependências entre dimensões da governança e melhorar a precisão das estimativas dos efeitos diretos e indiretos.

Na análise exploratória, o modelo foi reestimado e as trajetórias foram selecionadas com base na sua significância estatística. As trajetórias do Controlo da Corrupção ($p = 0,512$) e do Estado de Direito ($p = 0,324$) para o turismo de negócios não foram estatisticamente significativas e, por isso, foram excluídas. A trajetória da Eficácia Governativa para o turismo de negócios era significativa no modelo inicial ($p = 0,029$), mas deixou de o ser numa versão intermédia ($p = 0,128$), pelo que também foi excluída. O modelo final incluiu ainda as trajetórias diretas da Eficácia Governativa e do Controlo da Corrupção para o turismo de lazer.

Para avaliar o papel mediador do turismo de negócios, estimaram-se os efeitos indiretos da Qualidade Regulatória, da Estabilidade Política e da Voz e Responsabilização sobre o turismo de lazer, utilizando os intervalos de confiança bootstrap anteriormente referidos. Como os efeitos diretos destas três dimensões sobre o turismo de lazer foram fixados em zero, esta análise não permite concluir que a relação ocorra apenas através do turismo de negócios.

4. RESULTADOS

A análise descritiva revela forte assimetria positiva nos fluxos turísticos internacionais. O Turismo de Lazer apresenta média de 8.042,1 mil turistas, com elevada dispersão (DP = 15.374,2 mil), destacando-se países como Itália, França e Espanha. Por sua vez, o Turismo de Negócios regista uma média inferior (1.040,9 mil; DP = 2.178,1 mil), sendo mais expressivo em economias avançadas como Reino Unido, França e Itália. Os resultados do modelo de equações estruturais, estimado com 128 observações e incorporando oito variáveis (VA, PS, GEF, RQ, RL, CC, BT e LT), revelam relações estatisticamente significativas entre dimensões da governança institucional e os dois principais segmentos do turismo internacional: Turismo de Negócios (BT) e Turismo de Lazer (LT). Após transformações logarítmicas em BT e LT, devido a violações dos critérios de normalidade univariada ($|SK| < 3$; $|Ku| < 10$), e avaliada a incerteza das estimativas com recurso a bootstrapping (2.000 reamostragens), foi obtido um modelo final parcimonioso.

No que respeita ao Turismo de Negócios, os resultados evidenciam um impacto positivamente significativo da Qualidade Regulatória (RQ; B = 2,242; p < 0,001), sendo este o efeito direto mais expressivo, reforçado pela versão padronizada (β = 0,959; p = 0,002). Por outro lado, tanto a Estabilidade Política (PS) quanto a Voz e Responsabilização (VA) exerceram efeitos negativos estatisticamente significativos sobre BT (B = -1,074; p < 0,001 e B = -0,879; p < 0,001, respetivamente), também evidentes nas trajetórias padronizadas (PS: β = -0,450; p = 0,001; VA: β = -0,394; p = 0,001). O modelo explicou 53,4% da variância do Ln_BT (R^2 = 0,534), evidenciando a relevância destas três dimensões institucionais no desempenho do segmento de negócios.

Relativamente ao Turismo de Lazer, observou-se um efeito direto positivo do Turismo de Negócios (B = 0,744; p < 0,001; padronizado: β = 0,705; p = 0,001), em concordância com H7. Adicionalmente, registaram-se efeitos diretos da Eficácia Governativa (GEF; B = 1,250; p < 0,001; β = 0,530; p = 0,001) e do Controlo da Corrupção (CC; B = -0,850; p < 0,001; β = -0,358; p = 0,001) sobre o Turismo de Lazer. A variância explicada do modelo para este segmento foi ainda mais expressiva, com R^2 = 0,742. Os efeitos indiretos de VA, PS e RQ sobre LT através de BT apresentam intervalos bootstrap que excluem zero (Quadro 2), sustentando uma mediação estatística na especificação adotada, sem demonstrar causalidade. Os indicadores de qualidade de ajustamento do modelo foram bastante satisfatórios, com GFI = 0,983, CFI = 0,998, TLI = 0,992 e RMSEA = 0,051 (IC90%: 0,000–0,127; p-close = 0,428), em conformidade com os critérios estabelecidos por Hu e Bentler (1999), confirmando um bom ajustamento absoluto e incremental (Quadro 1).

Quadro 1 - Resultados das trajetórias estruturais

Trajetória	B Não Padronizado	β Padronizado	p-value	Tipo de Efeito
Turismo de Negócios (BT)				
RQ → BT	2,242	0,959	< 0,001	Direto (+)
PS → BT	-1,074	-0,450	< 0,001	Direto (–)
VA → BT	-0,879	-0,394	< 0,001	Direto (–)
				Variância explicada (BT) R^2 = 0,534
Turismo de Lazer (LT)				
BT → LT	0,744	0,705	< 0,001	Direto (+)
GEF → LT	1,250	0,530	< 0,001	Direto (+)
CC → LT	-0,850	-0,358	< 0,001	Direto (–)
				Variância explicada (LT) R^2 = 0,742

Quadro 2 - Efeitos indiretos através do turismo de negócios

Trajetória Indireta	Tipo de Efeito	β indireto	IC90% BC	p bootstrap (BC)
RQ → BT → LT	Indireto (+)	0,675	[0,571; 0,792]	0,001
PS → BT → LT	Indireto (–)	-0,317	[-0,459; -0,213]	0,001
VA → BT → LT	Indireto (–)	-0,278	[-0,398; -0,160]	0,001

5. Discussão

Este estudo analisou os efeitos das dimensões da governança institucional sobre o turismo de negócios (BT) e de lazer (LT), com base em dados de 128 países e através de um modelo de equações estruturais. Os resultados empíricos revelaram padrões diferenciados e, em alguns casos, contraintuitivos, quanto à direção e significância dos efeitos institucionais. Destacou-se, com forte suporte estatístico, a influência positiva da Qualidade Regulatória sobre o turismo de negócios (H4 suportada; β = 0,959; p = 0,002), sugerindo que regulamentações claras e previsíveis são fatores centrais na atratividade de destinos para eventos corporativos, como sugerido por Crouch e Ritchie (1998) e Suwannasat et al. (2022). Por sua vez, observou-se também uma associação positiva entre turismo de negócios e turismo de lazer (H7 suportada; β = 0,705; p = 0,001), compatível com a relevância das dinâmicas de "bleisure" na articulação entre os dois segmentos, conforme proposto por Kulendran e Witt (2003), sem testar diretamente esse mecanismo.

Surpreendentemente, dimensões tradicionalmente associadas à boa governança, como a Estabilidade Política e a Voz e Responsabilização, apresentaram efeitos negativos e significativos sobre o turismo de negócios, contrariando H1 e H6 e as expectativas de segurança e transparência discutidas por Cró e Martins (2018) e Bentum-Ennin (2014), respetivamente. Uma interpretação possível é que, em certos contextos, estruturas institucionais mais centralizadas podem ser percebidas como mais eficazes por atores deste segmento, possivelmente devido à sua previsibilidade ou menor complexidade decisional, em consonância com o que argumenta Hall (2011) sobre os paradoxos da governação em destinos turísticos. Contudo, esta interpretação não foi testada no estudo. A análise realizada não permite excluir a influência de características económicas dos países não consideradas no modelo, das correlações entre os indicadores de governação ou da especificação adotada, pelo que os coeficientes negativos devem ser interpretados com prudência.

As trajetórias da Eficácia Governativa (H2), do Controlo da Corrupção (H3) e do Estado de Direito (H5) para o turismo de negócios (BT) não foram retidas no modelo final, pelo que estas hipóteses não encontram apoio empírico nesta especificação; a exclusão não demonstra a inexistência de relação. Quanto à H2, o resultado não corrobora a expectativa associada à relevância do apoio governamental e das infraestruturas na seleção de destinos de convenções (Chen, 2006). A ausência de apoio para a H3 não exclui a relevância da corrupção na mobilidade empresarial, destacada por Gholipour e Foroughi (2020). Relativamente à H5, a ausência de apoio não invalida a importância teórica da proteção contratual (Williamson, 2000). A correlação entre indicadores institucionais pode dificultar a identificação dos seus contributos individuais. No turismo de lazer, observaram-se associações diretas positivas para a Eficácia Governativa (β = 0,530) e negativas para o Controlo da Corrupção (β = −0,358). A primeira associação é compatível com a relevância de uma administração pública eficaz. Por sua vez, o coeficiente negativo do Controlo da Corrupção é contraintuitivo, face à expectativa de que uma maior integridade institucional favoreça a confiança e a atratividade dos destinos. Todavia, ambos os coeficientes devem

ser interpretados com prudência, atendendo à especificação do modelo e à possível influência de características dos países não consideradas na análise.

6. Conclusão

No plano teórico, os resultados contribuem para aprofundar a compreensão da relação entre governança institucional e turismo ao mostrar, nesta amostra, que os efeitos institucionais não são homogéneos entre segmentos turísticos, mas sim específicos e, por vezes, paradoxais. O estudo responde às lacunas identificadas na introdução ao distinguir os dois segmentos turísticos e analisar os efeitos diretos e indiretos da governança, incluindo o papel mediador de BT. Como a análise é exploratória, estes resultados não permitem estabelecer relações de causa e efeito nem assegurar que se mantenham noutras versões do modelo. Além disso, ilustra-se a utilidade dos modelos de equações estruturais como ferramenta eficaz para capturar relações complexas em contextos internacionais.

Em termos práticos, os resultados sublinham a importância de políticas públicas que priorizem a clareza regulatória e a eficiência administrativa como alavancas para o desenvolvimento turístico. Também evidenciam a relevância estratégica do turismo de negócios como complemento do turismo de lazer, incentivando a formulação de estratégias integradas que potenciem sinergias entre ambos. Contudo, tendo em conta as limitações do estudo, estes resultados não justificam medidas que enfraqueçam a estabilidade política, a participação cívica ou o controlo da corrupção.

Reconhecem-se limitações inerentes à natureza transversal dos dados e ao carácter exploratório do modelo. Estes dados não permitem estabelecer causalidade nem assegurar a generalização de 2019 para o período pós-pandemia. Para investigações futuras, recomenda-se a realização de análises confirmatórias, recorrendo a modelos econométricos com dados longitudinais e em painel. Paralelamente, a triangulação qualitativa poderá aprofundar a compreensão dos mecanismos institucionais que moldam a competitividade turística, tanto nos segmentos de negócios como de lazer.

Referências bibliográficas

Abadie, A., & Gardeazabal, J. (2003). The economic costs of conflict: A case study of the Basque Country. *American Economic Review, 93*(1), 113–132. https://doi.org/10.1257/000282803321455188

Alemán, J., & Woods, D. (2014). Value priorities, institutional constraints, and regime legitimacy in Latin America. *Comparative Political Studies, 47*(1), 84–112. https://doi.org/10.1177/0010414013488543

Bentum-Ennin, I. (2014). Drivers of international business and holiday tourism in Ghana: A non-parametric approach. *International Journal of Economics & Business Studies, 4*(1–2), 1–22.

Bradley, A., Hall, T., & Harrison, M. (2002). Selling cities: Promoting new images for meetings tourism. *Cities, 19*(1), 61–70.

Carvalho, P., Márquez, M. Á., & Díaz-Méndez, M. (2018). Policies to increase business tourism income: A dynamic panel data model. *Journal of Convention & Event Tourism, 19*, 63–82.

Carvalho, P., Díaz-Méndez, M., & Márquez, M. Á. (2019). What determines the holding of association meetings in a global context? *Journal of Travel & Tourism Marketing, 36*(9), 969–979. https://doi.org/10.1080/10548408.2019.1657312

Chen, C.-F. (2006). Applying the analytical hierarchy process (AHP) approach to convention site selection. *Journal of Travel Research, 45*(2), 167–174.

Crouch, G. I., & Ritchie, J. R. B. (1998). Convention site selection research: A review, conceptual model, and propositional framework. *Journal of Convention & Exhibition Management, 1*(1), 49–69.

Cró, S., & Martins, A. M. (2018). International association meetings: Importance of destination attributes. *Journal of Vacation Marketing, 24*(3), 218–233.

Davidson, R., & Cope, B. (2003). *Business travel: Conferences, incentive travel, exhibitions, corporate hospitality and corporate travel*. Pearson Education.

DiPietro, R. B., Breitner, D., Rompf, P., & Godlewska, M. (2008). An exploratory study of differences among meeting and exhibition planners in their destination selection criteria. *Journal of Convention & Event Tourism, 9*(4), 258–276.

Domareski-Ruiz, V. L., Lopes, L. F. D., Pereira, M. M., & Paiva, T. (2020). Impacts of mega-events on destination competitiveness and corruption perception in South American countries. *Tourism & Management Studies, 16*(2), 7–15. https://doi.org/10.18089/tms.2020.160201

Dwyer, L., Mellor, R., Mistilis, N., & Mules, T. (2009). Forecasting the economic impacts of events and conventions. *Event Management, 11*(1–2), 25–38.

Gani, A., & Clemes, M. D. (2021). Business environment effect on business visitor arrivals to New Zealand. *Current Issues in Tourism, 24*(17), 2445–2457. https://doi.org/10.1080/13683500.2020.1835841

Global Business Travel Association. (2023, August). *Global business travel industry spending expected to hit record $1.48 trillion in 2024*. https://www.gbta.org/global-business-travel-industry-spending-expected-to-hit-record-1-48-trillion-in-2024/

Gholipour, H. F., & Foroughi, B. (2020). Corruption and outbound business travels. *Tourism Economics*. https://doi.org/10.1177/1354816620936044

Hall, C. M. (2011). A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. *Journal of Sustainable Tourism, 19*(4–5), 437–457. https://doi.org/10.1080/09669582.2011.570346

Handoyo, S. (2023). Worldwide governance indicators: Cross-country data set 2012–2022. *Data in Brief, 51*, Article 109814. https://doi.org/10.1016/j.dib.2023.109814

Hankinson, G. (2005). Destination brand images: A business tourism perspective. *Journal of Services Marketing, 19*(1), 24–32. https://doi.org/10.1108/08876040510579361

Haryanto, R., Anwar, M. M., Harisah, H., & Fadllan, F. (2024). Tourist satisfaction toward halal tourism: The role of tourism governance and branding. *Journal of Islamic Marketing, 15*(9), 2229–2244. https://doi.org/10.1108/JIMA-09-2023-0282

Kalulu, R., Seun, A. A., & Abel, C. (2022). Rwanda MICE strategy and its influence on the tourism industry: Case study of Rwanda Convention Bureau. *African Journal of Tourism and Hospitality Management, 1*(1), 15–32. https://doi.org/10.37284/ajthm.1.1.1034

Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2010). *The Worldwide Governance Indicators: Methodology and analytical issues* (Policy Research Working Paper No. 5430). World Bank. https://doi.org/10.1596/1813-9450-5430

Kerr, G., Cliff, K., & Dolnicar, S. (2012). Harvesting the "business test trip": Converting business travelers to holidaymakers. *Journal of Travel & Tourism Marketing, 29*(5), 405–415. https://doi.org/10.1080/10548408.2012.691390

Khan, R. E. A., Ahmad, T., & Haleem, J. (2021). The governance and tourism: A case of developing countries. *Asian Journal of Economic Modelling, 9*(1), 33–42.

Kline, R. B. (2016). *Principles and practice of structural equation modeling* (4th ed.). Guilford Press.

Kulendran, N., & Witt, S. (2003). Forecasting the demand for international business tourism. *Journal of Travel Research, 41*(3), 265–271.

Ladkin, A. (2006). Conference tourism—MICE market and business tourism. In D. Buhalis & C. Costa (Eds.), *Tourism management dynamics: Trends, management and tools* (pp. 183–189). Elsevier.

Makoni, L., & Rogerson, C. M. (2023). Business tourism in an African city: Evidence from Harare, Zimbabwe. *Studia Periegetica, 43*(3), 25–48. https://doi.org/10.58683/sp.596

Marchesani, F., & Masciarelli, F. (2025). The nexus of MICE tourism in smart cities: Understanding its effects and complexities with urban mobility and crime. *Current Issues in Tourism*, 1–20. https://doi.org/10.1080/13683500.2025.2458120

Marques, R., Alves, C., & Wada, E. K. (2019). Impacts of corruption on tourism. In *The Routledge handbook of tourism impacts*. Routledge.

Mastrandrea, G., Gil, H., & De Simon, A. (2023). Smart governance for MICE tourism development: A European comparative study. *Sustainability, 15*(3), Article 11345. https://doi.org/10.3390/su150311345

Min, C. K., Roh, T. S., & Bak, S. (2016). Growth effects of leisure tourism and the level of economic development. *Applied Economics, 48*(1), 7–17. https://doi.org/10.1080/00036846.2015.1073838

Moll-de-Alba, J., Prats, L., & Coromina, L. (2016). The need to adapt to travel expenditure patterns: A study comparing business and leisure tourists in Barcelona. *Eurasian Business Review, 6*(2), 253–267. https://doi.org/10.1007/s40821-016-0046-4

Ormond, M., & Mainil, T. (2015). Government and governance strategies in medical tourism. In N. Lunt, D. Horsfall, & J. Hanefeld (Eds.), *Handbook on medical tourism and patient mobility* (pp. 154–163). Edward Elgar Publishing.

Park, J., Wu, B., Shen, Y., Morrison, A. M., & Kong, Y. (2014). The Great Halls of China? Meeting planners' perceptions of Beijing as an international convention destination. *Journal of Convention & Event Tourism, 15*(4), 244–270. https://doi.org/10.1080/15470148.2014.961669

Pinho, M., & Marques, J. (2021). The bleisure tourism trend and the potential for this business–leisure symbiosis in Porto. *Journal of Convention & Event Tourism, 22*(4), 346–362. https://doi.org/10.1080/15470148.2021.1905575

Pryde, A. (2017). How marketing built Dubai. *Cambridge Marketing Review, 13*, 39–43.

Raza, S. A., Ahmed, M., & Irfan, M. (2024). The relationship between governance structure and tourism development in China: Evidence from time and frequency domains. *International Social Science Journal*. https://doi.org/10.1111/issj.12512

Santos, G. E. de O., Gursoy, D., Ribeiro, M. A., & Panosso Netto, A. (2019). Impact of transparency and corruption on mega-event support. *Event Management, 23*(1), 27–40. https://doi.org/10.3727/152599518X15378845225311

Schumacker, R. E., & Lomax, R. G. (2016). *A beginner's guide to structural equation modeling* (4th ed.). Routledge.

Singh, V. (2023). Impact of crime on our tourism industry: With special effect to legal safeguard. *Educational Administration: Theory and Practice, 29*(4), 4121–4128.

Suwannasat, J., Katawandee, P., Chandrachai, A., & Bhattarakosol, P. (2022). Site selection determinant factors: An empirical study from meeting and conference organizers' perspectives. *Journal of Convention & Event Tourism, 23*(3), 209–239. https://doi.org/10.1080/15470148.2022.2034557

Tichaawa, T. M. (2021). Informal business tourism in Cameroon. *GeoJournal of Tourism and Geosites, 38*(4), 1289–1298. https://doi.org/10.30892/gtg.38437-771

Tretyakevich, N., & Maggi, R. (2012). Not just for business: Some evidence on leisure motivations of conference attendees. *Current Issues in Tourism, 15*(4), 391–395. https://doi.org/10.1080/13683500.2011.586077

Williamson, O. E. (2000). The new institutional economics: Taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature, 38*(3), 595–613.

World Travel & Tourism Council. (2024, April). *Travel & tourism set to contribute record $11.1 trillion to global economy in 2024*. https://wttc.org/news-article/travel-tourism-set-to-contribute-record-11-1-trillion-to-global-economy-in-2024

Xu, C., Yang, Y., Dossou, T. A. M., Berhe, M. W., & Kambaye, E. N. (2023). Does corruption undermine tourism development in Africa? *Current Issues in Tourism, 26*(11), 1779–1796. https://doi.org/10.1080/13683500.2022.2069553

AUTHORS' CONTRIBUTIONS (CREDIT)

Conceptualization, Conceptualization, PC, NF; methodology, PC; validation, NF; formal analysis, NF; investigation, PC; data curation, NF; writing—original draft preparation, PC. All authors have read and agreed to the published version of the manuscript.

FUNDING

This work was funded by the Foundation for Science and Technology (FCT), through CiTUR – Centre for Tourism Research, Development and Innovation (UID/04470/2025).

CONFLICT OF INTEREST

The authors declare no conflict of interest.

DATA AVAILABILITY STATEMENT

Data supporting the findings of this study are available upon reasonable request.

ETHICS STATEMENT

This study did not involve human participants or animals and therefore did not require ethical approval.

ACKNOWLEDGEMENTS

The authors gratefully acknowledge the financial support provided by CiTUR, an R&D unit funded by the FCT – Foundation for Science and Technology, under the Ministry of Science, Technology and Higher Education, through project UID/04470/2025.